

03 NOV 1991

# Trabalhar em chão firme

A CRISE econômica atingiu um ponto em que, na escolha de prioridades de ação, não se destaca o que é necessário do apenas desejável: deve-se optar entre o importante e o crucial, com perfeita consciência de que o tempo é curto e pesadas as penalidades para o erro.

O GOVERNO federal, com sua considerável parcela de responsabilidade no estado de coisas a que chegou o País, há algum tempo se dedica à busca de soluções coletivas, consensuais. Sem êxito, em boa parte porque consenso implica concessões — e é bem mais fácil propor o entendimento do que redesenhar os espaços do poder.

MAS há fatos novos no quadro político. Como há muito tempo não ocorria, verifica-se hoje nos partidos representados no Congresso a disposição de colaborar, de trabalhar para que se encontrem saídas. É uma atitude que obviamente decorre da gravidade da crise, mas o que importa é aproveitá-la em benefício do Brasil.

E O primeiro passo é dar sentido prático a esse estado de espírito: organizar e fazer fluir pelos canais da ação legislativa a vontade de ajudar presente em todas as bancadas.

PARA retomar uma imagem já cansada, não há muitas balas na agulha. Qualquer ação de efeito imediato, por mais correta que seja, e independentemente do custo que tiver em sacrifícios para a Nação, será um tiro n'água se desde já não se trabalhar no fundamental, na ação de efeito permanente. Ou seja, não se removerem os fatores que, o tempo todo, empurram a máquina estatal para a ingovernabilidade, agravando o quadro do déficit público e gerando inflação.

NADA é mais fundamental — e nada depende mais da ação consciente do Legislativo — do que corrigir o desequilíbrio determinado pela Constituição na distribuição de recursos fiscais pelos níveis federal, estadual e municipal de governo.

OS números são simples e eloquentes. Em 1980, 20% da arrecadação federal foram repassados a Estados e municípios. No ano passado, a União transferiu quase a metade do que arrecadou com o Imposto sobre a Propriedade Industrial e com o Imposto de Renda. O percentual cresceu este ano e passará de 50% em 1992.

MAS os encargos, as despesas obrigatórias, nada disso foi repassado. A responsabilidade por obras e serviços essenciais permanece na órbita federal. Pior que isso, a transferência maciça de recursos fiscais não resolveu o colossal endividamento dos Estados. Sua dívida total chega hoje a US\$ 57 bilhões; prestações vendidas e não pagas respondem por cerca de US\$ 12 bilhões.

É PRECISO corrigir a omissão da Constituição sem lhe deturpar a intenção. Ou seja, não se trata de devolver os recursos à União, mas de repassar às Unidades da Federação todos os encargos que correspondem a esses recursos, simultaneamente criando-se meios que facilitem — e até obriguem — o emagrecimento das folhas de pagamento até que obedeçam ao teto fixado também pela Constituição.

SE o Congresso se lançar a essa tarefa — que exige desprendimento e espírito público — estará transformando em terreno sólido o pântano em que têm afundado as tentativas de controle da espiral inflacionária. E só em chão firme será possível estabelecer uma política econômica e de administração que afugente de vez as nuvens da crise.